

Ata da 13ª Sessão Ordinária do 1º período Legislativo da 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de Caçu.

Aos nove (09) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis (2026), na Cidade de Caçu, Estado de Goiás, no Plenário Vereador Laerte Nunes Moreira, realizou-se a décima terceira (13ª) Sessão Ordinária da segunda (2ª) Sessão Legislativa, da décima oitava (18ª) Legislatura da Câmara Municipal de Caçu. Às 16h06min, a Presidente Vereadora Jeandra Alves Guimarães do Carmo declarou aberta a Sessão na presença dos Vereadores: Alessandro Bessa, Alexandre Eterno Freitas Santos, André Luiz Oliveira Camargos, Cassiano Lemos de Souza, Donisete Paiva Rezende Junior – Junior Rezende, Hortência Freitas dos Santos, Rodolfo Ancelmo da Silva Neto e Virgínia Bernardes de Freitas Silva. Aberta a Sessão, foi lida e aprovada por todos a ata da Sessão anterior. No Expediente foram lidas as seguintes matérias: Emenda Aditiva nº 04/2026 – que “Acresce artigo ao Projeto de Lei Complementar nº 05/2026”, de autoria do Ver. Alexandre Freitas; Projeto de Lei Complementar nº 05/2026 – que “Altera a Lei 956/93, cria a Superintendência Municipal dos Transporte/s, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei Ordinária nº 16/2026 – que “Altera a Lei Municipal nº 2.607, de 13 de agosto de 2024, para revogar o artigo 5º e adequar a redação do artigo 2º, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei Ordinária nº 17/2026 – que “Dispõe sobre a criação do conselho municipal dos direitos da pessoa com deficiência e o fundo municipal dos direitos da pessoa com deficiência, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei Ordinária nº 18/2026 – que “Dispõe sobre a obrigatoriedade ao Poder Executivo dar publicidade anual, nos meios oficiais de publicação e no sítio eletrônico da Prefeitura, à aplicação das Emendas Parlamentares recebidas pelo Município de Caçu”, de autoria do Ver. Júnior Rezende; Emenda Aditiva nº 02/2026 – que “Acresce artigos ao Projeto de Lei Ordinária nº 19/2026”, de autoria do Ver. André Camargos; Projeto de Lei Ordinária nº 19/2026 – que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar gastos com a realização do FESTIVAL GASTRONÔMICO e a concessão de premiação e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; Emenda Modificativa nº 05/2026 – que “Altera o Art. 7º do Projeto de Lei Ordinária nº 20/2026”, de autoria do Ver. Cassiano Lemos; Projeto de Lei Ordinária nº 20/2026 – que “Institui a Medalha de Honra ao Mérito e o Troféu Empreendedor no Município de Caçu, Estado de Goiás, em homenagem a exprefeitos municipal, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; Emenda Supressiva nº 01/2026 – que “Suprime o Artigo 4º do Projeto de Lei Ordinária nº 21/2026”, de autoria da Ver. Hortência Freitas; Emenda Modificativa nº 06/2026 – que “Altera o Artigo 5º do Projeto de Lei Ordinária nº 21/2026”, de autoria da Ver. Hortência Freitas; Projeto de Lei Ordinária nº 21/2026 – que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar o parcelamento de débitos conforme política de negociação instituída pela Saneamento de Goiás S/A – SANEAGO, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; e Emenda Modificativa nº 09/2026 – que “Altera o Artigo 1º da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 02/2026”, de autoria do Ver. Cassiano Lemos. Na Ordem do Dia foi para discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 13/2026 – que “Autoriza formalizar Termo de Cessão de Uso

de Imóveis para o ESTADO DE GOIÁS, representado pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (GOINFRA) para reforma da Rodoviária, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo. Submetido o Projeto de Lei em segunda votação foi aprovado por unanimidade. Depois, foi para discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 14/2026 – que “Autoriza formalizar Termo de Cessão de Uso de Imóvel para o ESTADO DE GOIÁS, representado pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (GOINFRA) para reforma do Ginásio de Esportes, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo. Submetido o Projeto de Lei em segunda votação foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi para discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 15/2026 – que “Autoriza formalizar Termo de Cessão de Uso de Imóvel para o ESTADO DE GOIÁS, representado pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (GOINFRA), e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo. Submetido o Projeto de Lei em segunda votação foi aprovado por unanimidade. Após foi para discussão o Requerimento nº 09/2026 – que “Requer à convocação da Ilustríssima Senhora Secretária Municipal de Educação, para comparecer ao Plenário desta Câmara Municipal, a fim de prestar esclarecimentos a esta Casa de Leis sobre as atividades funcionais definidas em lei desenvolvidas pela secretaria”, de autoria do Ver. Júnior Rezende. O autor pediu apoio para aprovação da matéria. No uso da palavra, os Vereadores Virginia Bernardes, Cassiano Lemos e Hortência Freitas declararam voto contrário ao Requerimento, fundamentando a negativa na natureza genérica do pedido de convocação e assunto concreto a ser discutido. Em resposta, o Ver. Júnior Rezende esclareceu que a convocação visa tratar do atendimento especializado a estudantes com deficiência e de denúncias sobre suposto crime praticado por professor da rede municipal. Justificou que, por orientação da Assessoria Jurídica, os detalhes foram omitidos no texto do Requerimento devido à natureza sensível da matéria. O Ver. André Camargos, ao declarar apoio à proposição, sugeriu que o ofício de convocação fosse instruído com a finalidade específica dos esclarecimentos. Diante das justificativas apresentadas, os Vereadores Cassiano Lemos, Hortência Freitas e Virginia Bernardes alteraram o posicionamento e manifestaram voto favorável. Na ocasião, a Ver. Virginia aconselhou que, em futuras convocações sobre temas sigilosos ou delicados, o autor realize reuniões prévias com os pares para informá-los sobre o teor da pauta. Submetido o Requerimento em votação única foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi para discussão a Emenda Modificativa nº 07/2026 – que “Altera o Art. 2º do Projeto de Lei Ordinária nº 22/2026”, de autoria do Ver. Alexandre Freitas. O autor explicou a finalidade da matéria e pediu apoio para aprovação. Submetida a Emenda em votação única foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, foi para discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 22/2026 – que “Altera a Lei Municipal nº 2.699/25, de 21 de novembro de 2025 e dá outras providências”, de autoria do Ver. André Camargos. O autor explicou que a proposição tem por objetivo adequar a Lei, extirpando vícios de inconstitucionalidade e harmonizar o texto legal com a jurisprudência sumulada dos Tribunais Superiores. Submetido o Projeto de Lei em primeira votação foi aprovado por unanimidade. Posteriormente, foi para discussão o Projeto de Lei Ordinário nº 88/2025 – que “Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAÇU “ACIC”, e dá outras providências”, de autoria do Ver. Júnior Rezende. O autor defendeu a matéria, destacando que a declaração de utilidade pública tornará a entidade apta a receber Emendas Parlamentares. Submetido o

Projeto de Lei em primeira votação foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi para discussão a Emenda Modificativa nº 09/2026 – que “Altera o Artigo 1º da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 02/2026”, de autoria do Ver. Cassiano Lemos. O autor pediu apoio aos pares para aprovação da matéria. Submetida a Emenda em votação única foi aprovada por unanimidade. Após, foi para discussão a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 02/2026 – que “Altera a Lei Orgânica do Município de Caçu”, de autoria da Mesa Diretora. Submetida a Proposta de Emenda à Lei Orgânica em primeira votação foi aprovada por unanimidade. Seguidamente, foi para discussão Indicação nº 37/2026 – que “Indica ao Poder Executivo Municipal a realização de obra de reestruturação completa da Avenida Ildefonso Carneiro, no trecho compreendido entre a Escola Militarizada e o Auto Posto ABC, contemplando a retirada dos bloquetes existentes, implantação de pavimentação asfáltica adequada (recapeamento), bem como construção de sistema eficiente de drenagem pluvial”, de autoria do Ver. Júnior Rezende. O autor defendeu a Indicação, justificando que se trata de tema já discutido em gestões anteriores e de reivindicação popular, ressaltando que a substituição dos bloquetes por pavimentação asfáltica visa garantir melhor trafegabilidade e promover valorização estética da referida avenida. Em sequência, foi para discussão a Indicação nº 38/2026 – que “Indica a criação de nova entrada e saída para a Escola Cívico Militarizada, com acesso pela Av. Idelfonso Carneiro”, de autoria do Ver. Júnior Rezende. O autor explicou que entende necessário otimizar o fluxo de veículos e pedestres nas imediações da escola, visando garantir maior segurança aos alunos e servidores, além de desafogar o trânsito local nos horários de pico. Logo, foi para discussão a Indicação nº 39/2026 – que “Indica a aquisição de ambulância para atendimento das demandas da rede municipal de saúde”, de autoria da Ver. Virginia Bernardes. a autora enfatizou a escassez de veículos disponíveis, ressaltando que a unidade é indispensável para o transporte de pacientes regulados a centros médicos de referência. Mencionou, ainda, a importância da destinação de emendas para este fim, citando que a Deputada Federal Magda Mofatto destinou uma van para o transporte de pacientes via emenda parlamentar, e que, embora tenham ocorrido tratativas para convertê-la em ambulância, a alteração não foi viabilizada devido às restrições do período eleitoral e ao estágio avançado dos trâmites administrativos. A Ver. Hortência Freitas parabenizou a iniciativa, relatando a experiência pessoal de sua avó, que enfrentou espera pelo transporte após regulação para uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) em outro município; na oportunidade, sugeriu a articulação da Casa junto a Deputados para a destinação de emendas parlamentares voltadas à renovação da frota. O Ver. Alexandre Freitas apresentou diagnóstico da atual situação da frota municipal, informando que três ambulâncias encontram-se em manutenção e apenas uma delas tem previsão para ser entregue em breve. Informou, também que, junto ao Ver. Rodolfo Ancelmo, viabilizou uma nova ambulância por meio de emenda parlamentar e destacou a necessidade de ambulâncias de grande porte para o transporte de pacientes com equipe médica e de enfermagem. Por último, foi para discussão a Indicação nº 40/2026 – que “Indica ao Chefe do Poder Executivo Municipal o aluguel de contêineres para acomodação dos pacientes internos do Hospital Municipal durante o período de reforma”, de autoria da Ver. Virginia Bernardes. A autora justificou que a medida visa assegurar a continuidade do atendimento e a adequada instalação de pacientes na unidade provisória enquanto as obras avançam.



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

Ressaltou, ainda, que as estruturas deverão abrigar os suprimentos da farmácia básica e o setor administrativo da instituição. Após, o Secretário anunciou as matérias para Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária. Ao final, os Vereadores inscritos usaram da palavra para fazerem suas Considerações Finais. Nada mais havendo, a Presidente declarou encerrada a Sessão às 17h48min. Eu, Alexandre Eterno Freitas Santos, 1º Secretário, fiz lavrar a presente Ata, que depois de lida e discutida, vai devidamente assinada.

JEANDRA ALVES
GUIMARAES DO
CARMO:78348153187

Assinado de forma digital por
JEANDRA ALVES GUIMARAES
DO CARMO:78348153187
Dados: 2026.04.10 14:36:00
-03'00'

Ver. JEANDRA ALVES GUIMARÃES DO CARMO
Presidente

ALEXANDRE ETERNO FREITAS
SANTOS:04375944161

Assinado de forma digital por ALEXANDRE
ETERNO FREITAS SANTOS:04375944161
Dados: 2026.04.10 10:42:58 -03'00'

Ver. ALEXANDRE ETERNO FREITAS SANTOS
1º Secretário

